



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0002636-03.2014.8.17.0000 (0330257-4)**

**COMARCA** : Goiânia – Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Carlos Alberto dos Santos Viégas  
**PACIENTES** : **Anderson Severino da Silva**  
**RELATOR** : Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
**PROCURADORA** : Dra. Adalberto Mendes Pinto Vieira

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO BIQUALIFICADO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. REVOGAÇÃO DO DECRETO CONSTRITIVO. PRISÃO CAUTELAR SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. DEMONSTRAÇÃO DO FUMUS COMISSI DELICTI E O DO PERICULUM LIBERTATIS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. NECESSIDADE DE EXAME APROFUNDADO DAS PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

I – O decreto construtivo encontra-se devidamente fundamentado, seguindo o preceituado na legislação processual penal, fazendo expressa referência aos pressupostos e fundamentos da prisão cautelar, não havendo que se falar em ausência de justa causa para a custódia preventiva. Além disso, o trancamento da ação penal pela via de habeas corpus é medida de exceção, somente admissível quando emerge dos autos, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático-probatório, a atipicidade do fato, a ausência de indícios que fundamentaram a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, circunstâncias não evidenciadas.

II – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de Habeas Corpus nº **0330257-4**, no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 28 de maio de 2014.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator**



90

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0002636-03.2014.8.17.0000 (0330257-4)**

**COMARCA** : Goiânia – Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Carlos Alberto dos Santos Viégas  
**PACIENTES** : **Anderson Severino da Silva**  
**RELATOR** : Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
**PROCURADORA** : Dra. Adalberto Mendes Pinto Vieira

### **RELATÓRIO**

---

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Pública Estadual, na pessoa do Bel. Carlos Alberto dos Santos Viégas, em favor de **Anderson Severino da Silva**, qualificado às fls. 02, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Goiânia/PE, local perante o qual responde ao Processo nº 0001396-70.2013.8.17.0660 pela prática tipificada no Art. 121, §2º, I e IV, CP (Homicídio Duplamente Qualificado).

De acordo com o impetrante, o paciente encontra-se recolhido à Cadeia Pública de Goiânia desde o dia 08/08/2013, em decorrência de decreto de prisão preventiva expedido pela autoridade ora apontada como coatora.

Sustenta, todavia, que os depoimentos prestados nas audiências até então realizadas afastam a autoria delitiva que lhe fora imputada na exordial acusatória, inexistindo, portanto, justa causa suficiente à manutenção da custódia cautelar.

Ao final, requer não apenas a revogação do decreto cautelar, mas o trancamento da ação penal, já que o acusado não possui qualquer relação com crime descrito na Denúncia.

À inicial foi acostada a documentação de fls. 10/46.

Às fls.55/56, em face da ausência dos pressupostos necessários, **indeferir** o pleito liminar e **oficieir** ao M.M. Juízo singular para que prestasse informações pormenorizadas sobre as alegações constantes da petição inicial (fls. 58).



91

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

Em 25/04/2014, através do ofício nº 2014.0951.001386 (fls. 64/66), foram prestadas informações atualizadas pela indigitada Autoridade Coatora, a qual ainda acostou os documentos de fls. 67/78.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Drº. Adalberto Mendes Pinto Vieira, pronunciou-se pela **denegação** da ordem (fls. 82/85).

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

---

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, mediante o qual se pugna pelo Trancamento da Ação Penal e consequente soltura do paciente, uma vez que inexistiria o mínimo lastro probatório no sentido de imputar-lhe a autoria delitiva.

De acordo com a Denúncia (fls. 11/13), na madrugada do dia 03 de fevereiro de 2013, em horário e locais indeterminados, o ora paciente e os também denunciados WELLINGTON GOMES AGUIAR (LETO) E LEANDRO ALBINO DIAS (LÉO), em comunhão de ações e designios, desferiram disparo de arma de fogo e outros golpes com instrumentos perfuro-contundentes contra a vítima JORGE DONATO GONÇALO DA SILVA, os quais foram a causa da morte deste.

Narra a exordial acusatória que, na noite anterior aos fatos a vítima frequentou uma seresta conhecida por "Bar da Penha", onde, em companhia dos amigos GLÁUCIO FRANCISCO (MAGO) E FLÁVIO DA SILVA (PELÊU), e de ROSICLEIDE DA SILVA, com quem matinha um relacionamento amoroso, ingeriu bebida alcoólica até às 22h00m. Após esse horário, regressou à sua residência, ainda embriagado, banhou-se, vestiu-se novamente e tomou destino ignorado, sendo brutalmente assassinado na madrugada do dia 03/02/2013, mediante golpes de pau na região da face e disparo de arma de fogo na cabeça, sendo seu corpo encontrado às margens da PE-62, Flecheiras, Goiana/PE.

No local do crime não houve ruído de disparo de arma de fogo e nem foram encontrados outros instrumentos utilizados para agredir a vítima, ficando evidenciado que o crime foi praticado em local distinto.



92

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

Segundo a peça inicial, restou apurado que no ano de 2012 a vítima, conhecida como "SAÚBA", foi gravemente lesionada pelos denunciados mediante golpes de madeira. Tal agressão teria ocorrido em virtude do ofendido não ter oferecido a quantia desejada pelos acusados para a compra de drogas. Referido episódio seria de amplo conhecimento na comunidade. Assim, todas as vezes que se embriagava, a vítima manifestava o desejo de adquirir uma arma de fogo e se vingar das pessoas que o agrediram.

**Análise.**

Conforme narrado, o presente writ está fundado na inexistência de justa causa. Assim, além da prisão cautelar ser ilegal, a própria ação penal deveria ser encerrada, já que não existiriam mínimos indícios da participação do ora paciente no delito descrito na peça acusatória.

Às fls. 21, consta a decisão que decretou a custódia preventiva dos acusados, a qual seguiu o preceituado na legislação processual penal e, entendendo presentes os indícios de materialidade e autoria delitivas, a partir de certidão de óbito e depoimentos testemunhais, respectivamente, determinou a prisão preventiva.

Para tanto, considerou necessária a segregação dos réus a fim de **garantir a ordem pública**, tendo em vista o **modus operandi** e a **motivação do delito**; no caso específico do ora paciente, ainda foi relatado que ele possuía decreto preventivo pela prática de outro homicídio e encontrava-se foragido, sendo utilizado também o requisito da garantia de aplicação da Lei Penal.

Foram realizados dois pedidos de Liberdade Provisória em favor do paciente e em ambas as oportunidades, entendendo que se mantinham incólumes os fundamentos da decisão antes mencionada, o magistrado singular negou o benefício (fls. 36 e 43).

Resta claro, portanto, que não há ilegalidade no decreto em si e tampouco nas posteriores negativas de liberdade provisória, havendo fundamentação suficiente à manutenção da segregação cautelar.

Quanto à justa causa, também restaram devidamente demonstrados pelo magistrado o *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

A esse respeito, ressalto que não foram acostados ao presente *mandamus* os depoimentos colhidos em sede inquisitorial, aos quais foi feita referência por ocasião do decreto cautelar.

Por conclusão lógica, também não há que se falar no trancamento da ação. Como bem versado pelo Órgão Ministerial, tal hipótese somente é autorizada, nessa estreita via, caso se mostre ausente, de plano, alguma das condições da ação ou de procedibilidade.

No caso concreto, não emergindo dos autos, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático-probatório, a atipicidade do fato, a ausência de indícios que fundamentam a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, tal pleito se torna inviável, devendo ser, por isso mesmo, mantida a persecução penal.

Pelo exposto, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.

**Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Relator**